

Auxiliares de classe da educação infantil: um balanço sobre editais e pesquisas acerca destes trabalhadores

*Livia Karen Figueredo de JESUS¹
Lúcia Gracia FERREIRA²*

Resumo

Estabelecemos como tema central os auxiliares de classe³ da Educação Infantil, assim objetivamos conhecer o perfil para ocupação desse cargo e o que as produções científicas revelam sobre o tema. Analisamos três editais de concurso público para o cargo. Assim, realizamos uma pesquisa nos anais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), entre os anos de 2007-2019, e no Catálogo de dissertações e teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Identificamos que não há consenso quanto ao perfil para ocupação do cargo e que são poucas as produções científicas que tomam como objeto/sujeito de estudos estes trabalhadores.

Palavras-chave: Creche. Cuidar e educar. Lugar profissional.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia. Mestre em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia. Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Endereço eletrônico: livia.karen@hotmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0845-4931>

² Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos. Professora da Universidade Federal da Bahia e da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3655-9124>. E-mail: lucia.trindade@uesb.edu.br.

³ Optamos por utilizar a nomenclatura auxiliar de classe, mas a função também é nomeada por: auxiliar de desenvolvimento infantil, pajem, assistente de classe, monitora etc. A variação na nomenclatura ocorre de região para região, pois não há um consenso acerca da função.

Classroom assistants of Early Childhood Education: an overview about public notices and researches on these workers

*Livia Karen Figueredo de JESUS
Lúcia Gracia FERREIRA*

Abstract

We established classroom assistants of Early Childhood Education as our central theme, thus aiming to understand the profile for this position and what scientific productions reveal about the subject. We analyzed three public competition notices for the position. Thus, we conducted a search in the annals of the National Association of Graduate Studies and Research in Education (ANPEd), between the years 2007-2019, and in the Catalog of dissertations and theses of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES). We identified that there is no consensus regarding the profile for this position and that there are few scientific productions that take these workers as the object/subject of studies.

Keywords: Day care center. Caring and educating. Professional place.

Auxiliares de aula de educação infantil: un panorama de convocatorias e investigaciones sobre estos trabajadores

Livia Karen Figueredo de JESUS
Lúcia Gracia FERREIRA

Resumen

Establecimos como tema central los auxiliares de clase de Educación Infantil, por lo que objetivamos conocer el perfil para ocupar este cargo y qué revelan las producciones científicas sobre el tema. Analizamos tres convocatorias de concurso público para el puesto. Así, realizamos investigaciones en los anales de la Asociación Nacional de Estudios de Posgrado e Investigación en Educación (ANPEd), entre los años 2007-2019, y en el Catálogo de disertaciones y tesis de la Coordinación de Perfeccionamiento del Personal de Educación Superior (CAPES). Identificamos que no hay consenso respecto del perfil para ocupar el cargo y que existen pocas producciones científicas que tomen a estos trabajadores como objeto/sujeto de estudios.

Palabras clave: Guardería. Cuidar y educar. Lugar profesional.

Introdução

A sociedade, por um longo período da história, concebia a criança como um miniadulto, elas não tinham suas necessidades específicas atendidas, ou seja, as pessoas não tinham um sentimento de infância. Essa ausência de atenção vai se modificando por conta das transformações econômicas e do modo de viver em sociedade, além de estudos e avanços nos campos da Psicologia, Sociologia e Antropologia, que proporcionaram novos conhecimentos e levaram a novas formas de compreender os pequenos seres humanos. Destarte, com a chegada da modernidade, a sociedade passou a demonstrar uma certa preocupação e comoção em torno desses pequenos indivíduos, pois eles passaram a ser compreendidos como seres diferentes dos adultos e que possuíam especificidades no modo de se relacionarem no/com o mundo a sua volta. É nesse contexto, que tem início o processo de “paparicação”, cuidado e proteção das crianças, sendo, as famílias burguesas, as primeiras a vivenciarem essa mudança de comportamento com relação aos seus filhos (ARIÈS, 2018).

Com o tempo, houve a necessidade de proteger as crianças e para isso surgiu à criação de espaços externos à família. Assim, são construídas instituições para cuidar das crianças, para realizar esta prática por determinado período diário, quando da ausência da mãe, tendo em vista a necessidade dessas efetivarem atividades laborais fora dos seus lares (KUHLMANN JR., 2015). Dessa maneira, em um primeiro momento, no Brasil, as creches são construídas para atender as crianças, mas visando a possibilidade de garantir às genetrizes condições para o desenvolvimento de atividades laborais fora do ambiente doméstico (VIEIRA, 2016).

Agora, na “condição de pertencimento ao sistema de ensino brasileiro, as mudanças operadas no conjunto desse sistema impactam a Educação Infantil” (VIEIRA; COCÔ, 2018, p. 213). Assim, o Centro de Educação Infantil (CEI)⁴ passa a necessitar de profissionais habilitados para atuar junto as crianças, ou seja, de professores(as) que possuam o magistério ou tenham cursado a Licenciatura em Pedagogia. A exigência formativa para a atuação do(a) professor(a) nessa etapa da Educação Básica, está posta na LDB (BRASIL, 1996), e busca reforçar o *status* educacional, já que quando vinculada à Assistência Social as creches não realizavam exigência formativa para atuar nas salas de atendimento, era preciso ser mãe e gostar de criança, uma vez que o cuidado com estes pequenos seres humanos, historicamente foi delegado às mulheres (ARCE, 2001). Assim, na sala de aula da

⁴ CEI refere-se as instituições que atendem especificamente crianças que estão na etapa da Educação Infantil.

Educação Infantil, o(a) professor(a) é o(a) responsável pelo processo de cuidar e educar, que se configura como uma especificidade do atendimento desta etapa da Educação Básica.

Contudo, o(a) professor(a) não tem sido o único a trabalhar na sala de aula do CEI, junto a ele(a) tem a(o) auxiliar de classe, a quem tem sido delegada as atividades de cuidado. Entretanto, o trabalho desenvolvido por estes(as) trabalhadores(as) é de responsabilidade do(a) professor(a), visto que a sala de aula é lugar desta categorial profissional. Vale notar, que as condições de trabalho de ambos são diferentes, pois o(a) auxiliar de classe tem carga horária maior e menor remuneração.

Observa-se também uma divisão social do trabalho entre professor(a) e auxiliar, já que é delegado a função de educar ao(à) professor(a) e de cuidar ao(a) auxiliar, provocando um rompimento do binômio cuidar-educar. Conforme Azevedo (2013), Tiriba (2005a, 2005b), Campos (1994), Brasil (2010), Santos, Timm e Souza (2013), Kramer, Nunes e Pena (2020), Cerisara (1999) e Santos e Ferreira (2019), o binômio cuidar e educar é muito importante na Educação Infantil; é indissociável e configura-se como uma tarefa intransferível, pois deve ser desempenhado de forma integrada pelo(a) professor(a) habilitado conforme preconizado pela legislação.

O estudo aqui apresentado se trata de uma pesquisa qualitativa, uma vez que se busca partir da realidade em que o objeto está inserido e do que ele puder nos revelar. Com esta abordagem, os dados podem ser produzidos, a partir da imersão do pesquisador no contexto de produção (BOGDAN; BIKLEN, 1994). Sendo assim, não numeramos os dados produzidos, mas sim, descrevemos a realidade estudada.

Com a pesquisa documental, realizada no ano de 2019, buscamos levantar aspectos que contribuíssem para pensarmos sobre a construção identitária dos(as) auxiliares de classe, a construção do não lugar profissional e a origem dos saberes mobilizados por estes(as) trabalhadores(as). Desse modo, realizamos análise de três editais de concurso público para o cargo de auxiliar de classe buscando problematizar a questão. Também realizamos uma pesquisa nos anais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) entre os anos de 2007-2019 e no Catálogo de dissertações e teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), sem recorte temporal. Com isso, o estudo visou conhecer como vinha sendo definido o perfil para ocupação do cargo de auxiliar de classe e o que as produções científicas revelavam sobre o tema.

É válido destacar que a ideia de “não lugar” profissional surge a partir da consideração dos estudos do antropólogo francês Marc Augé (1994) que constrói o conceito de “não lugar” entendendo

este como lugar que não há identidade nem relação. Nas palavras do autor “o espaço do não lugar não cria nem identidade singular nem relação” (AUGÉ, 1994, p.95).

Auxiliares de classe: conhecendo e problematizando

As instituições de Educação Infantil, apresentam necessidades e condições singulares, se comparada a realidade vivenciada por outras instituições educativas. Por atenderem crianças de 0 a 5 anos, os(as) profissionais que atuam nos Centros de Educação Infantil (CEI) realizam um trabalho direcionado que deve considerar às singularidades do trabalho com crianças. É preciso que o trabalho educativo ocorra atrelado às ações de cuidado. Assim, no âmbito da Educação Infantil o cuidar e o educar são indissociáveis conforme preconiza as Diretrizes Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2010).

A integração das práticas de cuidar e educar, está presente nos CEIs, desde o surgimento das primeiras instituições que atendiam as crianças, mas não nos moldes que encontramos atualmente. Isso porque esses estabelecimentos têm sua origem, aqui no Brasil, marcada por um caráter assistencialista e sua criação é pautada pela necessidade do cuidado com os pequenos, já que a creche no Brasil surge para atender uma necessidade das mães e não das crianças (KUHLMANN JR., 2015; VIEIRA, 2016).

Com as transformações sociais ocorridas nos anos finais do século XIX como, por exemplo, a abolição da escravidão e o crescimento das cidades e indústrias, houve um novo cenário nacional no início do século XX com as fábricas surgindo e com elas a oportunidade de trabalho para a população de baixa renda e ex-escravizados que migraram do campo para a cidade. Mas, devido a diversas questões, que incluía desde a insuficiência dos salários dos homens para sustentar a família até a necessidade da mão de obra feminina, mães passaram a ser operárias e/ou empregadas domésticas (DIDONET, 2001). E com essa nova realidade com quem deixar as crianças?

Para atender essa nova demanda foi criada uma instituição voltada para o cuidado, que tinha como foco a proteção das crianças cuja genitora trabalhava fora de casa (KUHLMANN JR., 2015; 2000). Tal fato pode ser ratificado com a fundação da primeira creche, que se tem registro no Brasil, no ano de 1899 destinada aos filhos das operárias da Fábrica de Tecidos Corcovado (ANDRADE, 2010; ARAGÃO; KREUTZ, 2010; KUHLMANN JR.; 2005). Assim, como afirma Didonet (2001), a creche tem seu surgimento marcado no trinômio mulher- trabalho-criança.

Diante dessa necessidade de proteção e cuidado com os filhos das mulheres das classes menos favorecidas, temos na origem da creche, um caráter marcadamente assistencial, sem uma proposta de formação educacional volta para o desenvolvimento infantil. Vale levar em consideração que a educação atribuída aos ensinamentos do modo de viver em sociedade está presente em todos os nossos atos, pois aprendemos com a vivência entre os pares e nas relações que estabelecemos. Assim sendo, devemos entender que ocorriam atos educativos nesses estabelecimentos, mesmo que não houvesse a intenção de realizá-los. Alguns dados históricos apontam que mesmo os estabelecimentos que tinham como foco único o cuidado, ofereciam de maneira não intencional, algum tipo de educação, uma vez que ensinavam modos culturais, valores etc. (AZEVEDO, 2013).

Atrelada as ações da assistência social, tinha também o campo da esfera médica, pois higienista e sanitaristas apoiavam a criação das creches como alternativa para instruir as mães acerca do cuidado com as crianças e como estratégia de proteção para os pequenos indivíduos, já que as taxas de mortalidade infantil da época eram altas. Com a institucionalização das creches, os profissionais ligados ao campo da saúde, objetivavam elaborar uma alternativa higiênica para combater a prática das criadeiras, que eram mulheres da classe popular que cuidavam dos filhos de outras pessoas, sendo esta prática apontada como uma das principais causas do alto índice de mortalidade de crianças (VIEIRA, 2016). Nesse contexto, o atendimento nas creches assume um caráter assistencialista e não tinha como principal finalidade ações educativas.

No início da década de 1970, as instituições de Educação Infantil passam a ser vistas como um espaço para compensar as “carências culturais” das crianças que provinham da classe social dominada, sendo que essa “falta” dos elementos culturais era apontada como a causa do fracasso escolar que afetavam as escolas de 1º grau, fase que corresponde hoje ao Ensino Fundamental (KRAMER, 1982). Essa ideia de “carência cultural” surge nos Estados Unidos e passa a influenciar o pensamento social brasileiro, aparecendo até em documentos oficiais, fato que reforçava a concepção da Educação Infantil como uma preparação para o Ensino Fundamental. Nessa perspectiva, as instituições de atendimento aos seres que vivenciavam a etapa da infância passaram a ter uma função social de caráter compensatório.

Após a queda do regime militar no Brasil, instaura-se um clima de mudança, de retomada da democracia e a conquista e direitos sociais, fato que influenciou diretamente a promulgação da Constituição Federal (BRASIL, 1988), pois muitas reivindicações populares foram atendidas, entre elas a garantia do direito à educação para a criança, reconhecendo-a como cidadã. Entretanto, esse direito só foi efetivado através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (BRASIL,

1996), que passou a reconhecer a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica, além de vincular as creches ao sistema de educação.

Assim, mesmo que “acidentalmente”, os atos educativos aconteciam nas creches. Possivelmente sem a preocupação com o desenvolvimento cognitivo, motor e psicossocial, que atualmente podemos encontrar em instituições de Educação Infantil. O que as crianças aprendiam estava mais ligado à vivência em sociedade. E é possível perceber como o processo educativo pode estar presente em atividades relacionadas ao cuidado, seja na alimentação ou nos momentos de higiene, por exemplo. Desse modo, fica claro, que mesmo nos momentos em que se realizava o cuidado com o corpo, ocorria também um processo educativo, não nos moldes que as pesquisas que tratam sobre educação e desenvolvimento infantil apontam, mas, se ensinava as crianças à vivência em sociedade, aspectos morais etc.

Nesse sentido, podemos observar que não há uma separação entre os atos de cuidar e de educar no desenvolvimento do trabalho com crianças, principalmente, no âmbito do CEI. O profissional que cuida também educa e o que educa também deve cuidar, pois, todas as práticas devem contemplar os dois aspectos e ambos podem interferir diretamente no desenvolvimento das crianças. Tal indissociabilidade dos atos educativos e de cuidado, quando na educação de crianças dar-se por conta das especificidades desse público, não há a separação entre corpo e mente, pois os seres humanos são integrais, um ser que é corpo e mente.

Acerca desse viés educativo das creches de cunho assistencialista, Azevedo afirma que:

[...] de acordo com os dados históricos, mesmo aquelas instituições que acolhiam crianças pobres, com a função social de filantropia, ofereciam algum tipo de educação, embora não houvesse intenção declarada de fazê-lo. Isso mostra que os adultos que lidavam com elas ao mesmo tempo que pensavam que apenas delas cuidavam, também estavam transmitindo a elas valores crenças, modos culturais de convivência, ou seja, estavam educando-as (AZEVEDO, 2013, p. 96).

As práticas diárias de cuidado realizadas sem a intencionalidade de integrar cuidado e educação podem promover ato educativo, conforme apontado por Azevedo (2013), mas podem não potencializar o desenvolvimento das crianças, pois isso só é possível quando se realizam as ações de cuidado com a intencionalidade do ato educativo. Deste fato, decorre a necessidade da integração das práticas de cuidado e educação no contexto das escolas de Educação Infantil. Estas práticas devem ocorrer no espaço laboral que se constitui como sendo a instituição que compreende o atendimento

das crianças que estão na primeira etapa da Educação Básica, para tanto a LDB regulamenta qual o profissional habilitado para atuar nas salas de aula nesta etapa.

Desse modo, atribui-se ao(a) professor(a) da Educação Infantil tanto as atividades do cuidar quanto do educar, pois segundo o artigo 61 da LDB (BRASIL, 1996), o(a) professor(a) licenciado(a) em Pedagogia é o(a) profissional habilitado(a) para tal. Assim, a sala de aula da Educação Infantil, por excelência, é o lugar de atuação profissional do(a) professor(a), neste caso, o(a) Pedagogo(a), pois ele(a) é habilitado legalmente para atuar nesse nível de ensino, e todas as ações que dizem respeito aos processos do desenvolvimento infantil enquadram-se como sua atividade de trabalho.

No entanto, junto aos(as) professores(as) que atuam nos CEIs têm surgido uma outra função, aquela desempenhada pelos(as) auxiliares, entendendo aqui uma diferença entre função e profissão, sendo que a primeira exige um certo nível de conhecimento acerca do trabalho desenvolvido, já a profissão requer um curso, às vezes, em nível Superior, ou seja, uma formação que proporciona um conhecimento específico, pois, a profissão é uma especificação no trabalho especializado (FREIDSON, 1996). A cargo das pessoas que realizam essa função tem sido reservado as atividades ligadas ao cuidado com o corpo, ou seja, a higienização e a alimentação das crianças, havendo assim uma separação entre as práticas de cuidado e educação, e mais do que isso, uma divisão social do trabalho, tendo assim um sujeito para educar e um para cuidar, contrariando o que preconiza a legislação.

O surgimento da função de auxiliar de classe em um espaço que já se constitui em local profissional de um outro sujeito possibilita a criação de um “não lugar” profissional. Consideramos esse entendimento a partir da perspectiva de Marc Augé (1994) ao afirmar que o “não lugar” surge quando não há relação identitária com o lugar. Sendo a sala de aula da Educação Infantil o espaço profissional do(a) professor(a), não há a possibilidade do estabelecimento identitário dos(as) auxiliares com este espaço, considerado e reconhecido como lugar profissional para a experiência da docência.

Atrelado a questão do lugar profissional temos ainda uma outra problemática, pois não há registro de uma formação específica para o exercício de tal função e não tem como ter, pois, até o momento, não há o reconhecimento dessa ocupação. Ligado a isso, tem o encaminhamento de discussões e iniciativas para a extinção dos cargos ligados a essa função, como proposto no documento do Ministério da Educação (MEC), Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à Educação. Dessa maneira, mesmo a criação do cargo em algumas prefeituras não garante essa efetivação e reconhecimento, uma vez que há esse indicativo de extinção.

Auxiliares de classe da educação infantil:
um balanço sobre editais e pesquisas acerca destes trabalhadores

Outro documento legal que indica a atuação do(a) auxiliar de classe como um lugar que já é ocupado por outro profissional é o parecer emitido, pelo Conselho Nacional de Educação CNE/CEB 2/2002 que em seu texto reafirma o lugar do professor no âmbito da sala de aula. Ao final do voto do relator afirma que:

1º - A admissão para os trabalhos da Educação Infantil, de auxiliares e outros profissionais, não professores, é lícita “*ad tempus*”, nos termos da Lei nº 9394/96 e no Plano Nacional de Educação, como referido, acima, com particular incidência, na fase inicial, isto é, de 0 a 3 (zero a três) anos de idade das crianças.

Nessa conjuntura os(a) auxiliares são admitidos(as) na creche, de forma lícita, por um curto período de tempo e prazo determinado, fato que não indica uma regulamentação em âmbito nacional acerca da função como cargo instituído. Nesse ínterim, temos uma retomada da questão formativa, pois o parecerista ratifica a importância da licenciatura para o exercício da docência e cita a LDB que é a legislação vigente acerca da temática. Esse documento também remete ao não lugar profissional do(a) auxiliar de classe, já que não afirma a existência do cargo. Há um entendimento e afirmação do lugar do(a) professor(a) na sala de aula da Educação Infantil.

As variações da formação exigida para a função de auxiliar de classe podem ser verificadas através da análise de alguns editais que objetivam a ocupação de vagas deste cargo no serviço público e de documentos oficiais do âmbito municipal. Para realizarmos essa análise consideramos os editais do ano de 2012 e 2015 do município de Amargosa- BA. Já o outro documento público revisado é da cidade de Conceição da Feira, sendo esta escolhida por apresentar uma exigência distinta.

Nos dois editais (AMARGOSA, 2012; 2015) para concurso público do município de Amargosa temos como pré-requisito: “Certificado, devidamente registrado, de conclusão de curso de ensino médio (antigo 2.º grau), em **magistério** (grifo nosso), expedido por instituição de ensino, reconhecida pelo Ministério da Educação” (AMARGOSA, 2012, p. 22; AMARGOSA, 2015, p.8). Desse modo, temos a exigência de uma formação que não condiz com o cargo ofertado, pois o magistério é a formação mínima específica para professores(as) até o ano de 2024, ano que finda o Plano Nacional de Educação (PNE) que foi sancionado através da Lei nº13.005 de 2014, que tem como meta 15 assegurar que todos os professores da Educação Básica sejam licenciados. Além disso, a formação em magistério é destinada para a profissionalização docente, pois como garante a LDB, essa é a formação mínima exigida para o exercício da docência na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino

Fundamental, até data estipulada pelo PNE, e não é esse o cargo ofertado, e sim o de assistente de classe.

Assim como o certificado de formação em magistério, habilitação em nível médio, exigido como requisito nos editais citados, um indivíduo com a graduação em Pedagogia, capacitação em nível superior, também pode concorrer ao cargo, pois há jurisprudência⁵ baseada na razoabilidade e na proporcionalidade que garante ao cidadão brasileiro o direito à habilitação para posse em cargo a partir da aprovação em concurso público. Tal direito, é garantido pois a realização de concurso prima pela seleção dos mais qualificados para ocupar o cargo ofertado e uma formação superior equivalente à exigida atende ao princípio da supremacia exigida para ingresso no serviço público⁶.

Outra problemática da exigência da formação em magistério é a extinção desse curso em nível médio. Sendo assim, o requisito formativo para ocupar o cargo fere o princípio da isonomia, conhecido como princípio da igualdade, que representa o símbolo da democracia, pois indica um tratamento justo para os cidadãos. Este é regido constitucionalmente pelo artigo 5º, que diz: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza” (BRASIL, 1988). Não há igualdade quando, apenas uma parte da população pode ter acesso as condições para a participação do concurso ou processo de seleção, uma vez que somente pessoas formadas em magistério, nível médio, antes da extinção do curso poderiam concorrer à vaga ofertada.

No outro documento analisado, que consiste em uma publicação do diário oficial do município de Conceição da Feira, encontramos outra formação como pré-requisito: “Certificado de conclusão do Ensino Médio, de instituição reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC); experiência mínima de 02 (dois) anos de Educação Infantil” (CONCEIÇÃO DA FEIRA, 2019, p. 9). Nesse caso, diferente da situação anterior, não é solicitado o magistério, que é a formação para professor. Sendo, portanto, pré-requisito uma formação geral e associada a ela, a experiência mínima de 2 anos, no primeiro nível de ensino.

A contratação de pessoas sem a formação necessária poderá afetar a esfera das políticas públicas voltadas para a formação continuada dos profissionais que atuam na Educação Infantil. Isto porque não sendo professores(as), certamente não exigirão, com base na legislação (BRASIL, 1996), ações voltadas para a formação deste profissional, por parte do poder público, fato que poderá implicar na qualidade da oferta da educação para as crianças de 0 a 03 anos.

⁵ A respeito de jurisprudência acerca da apresentação de capacitação superior à exigida em edital, ver: <https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/busca?q=CANDIDATO+COM+QUALIFICA%C3%87%C3%83O+SUPERIOR+%C3%80+EXIGIDA+NO+EDITAL>. Acesso em: 28 jan. 2021.

⁶ Ver mais sobre o princípio da razoabilidade e da proporcionalidade em Moura (2019).

Auxiliares de classe da educação infantil:
um balanço sobre editais e pesquisas acerca destes trabalhadores

Acerca da importância da formação inicial e continuada do(a) professor(a) da Educação Infantil, Freire e Ferreira (2020, p. 5) afirmam que:

Quando se trata da docência na educação infantil, há importância na qualificação desse profissional, visto que esse nível de ensino é um alicerce fundamental para uma estrutura firme de construção, assim também é na vida da criança no ensino infantil e anos iniciais. O professor precisa fornecer para esta criança uma base firme que somará ao longo de toda a sua vida, pois desde a entrada da criança na escola até sua saída se constrói aprendizagens e valores que se perpetuam. Por isso, é necessário investir na formação dos professores de Educação Infantil tanto na formação inicial como na formação continuada, pois só assim teremos esperança de uma maior qualidade na educação com profissionais cada vez mais eficientes, construindo saberes no seu cotidiano e nas relações de convivências com colegas.

A exigência da formação inicial e cursos de formação continuada para os(as) profissionais que atuam na primeira etapa da Educação Básica é imprescindível para a construção e consolidação da educação pública de qualidade, visto que no cenário educacional a formação de professores ocupa lugar estratégico para a melhoria da educação pública. Nesse âmbito, Azzi (2008) aponta que essa não deve ser considerada afastada de outras ações de políticas públicas que indiquem melhores condições de trabalho.

Outro elemento a ser destacado diz respeito à relação indissociável do cuidar e educar, uma vez que não existe uma uniformidade da descrição das atividades desenvolvidas pela função de auxiliar. Nos dois editais do município de Amargosa, encontramos a seguinte descrição:

Participar do planejamento, executar e avaliar atividades educacionais no âmbito da educação infantil (creche) da Secretaria Municipal da Educação, em consonância com normas e critérios do planejamento nacional da educação e dos planos estadual e municipal (AMARGOSA, 2012, p. 22; AMARGOSA, 2015, p. 8).

A partir desse excerto, compreende-se que as atividades atribuídas à função de auxiliar, nesse município, são enquadradas no âmbito educacional e se assemelham as atividades desenvolvidas pelos docentes, uma vez que inclui: planejamento, execução e avaliação de atividades. E ao comparar com a descrição das atividades atribuídas à função de docente temos poucas diferenças, como podemos verificar:

Exercer docência em sala de aula, na área em que o candidato estiver habilitado. Participar do planejamento, executar e avaliar atividades educacionais no âmbito da educação infantil e fundamental da Secretaria Municipal da Educação, em consonância com normas e critérios do planejamento nacional da educação e dos planos estadual e municipal (AMARGOSA, 2012, p. 27).

Apenas a primeira parte da descrição se difere do texto apresentado na descrição de assistente de classe, o que indica uma semelhança nas atividades desenvolvidas e levanta o questionamento: quais são as semelhanças e diferenças nas atividades laborais desenvolvidas pelos(as) docentes e pelos(as) auxiliares de classe? De acordo os editais analisados a diferença entre ambos é apenas o exercício da docência para professor(a) e exigência do magistério para assumir o cargo de assistente de classe. Tal situação aponta que as atribuições são praticamente as mesmas, no entanto, a carga horária, trabalho e remuneração são diferentes. Fica evidente a intencionalidade de pagar uma remuneração mais baixa pelo desempenho das atividades ligadas a função de auxiliar.

Com uma linha tênue para diferir as atividades de professores(as) e auxiliar não fica explícito no texto como ocorre de fato as práticas diárias na creche. Entretanto, em estudo realizado no município de Amargosa, Jesus (2018) apontou resultados que demonstram que há uma separação entre as ações de cuidado e de educação, fato também evidenciado no texto de Jesus e Cordeiro (2021). Dessa maneira, há também a demarcação de que o professor é o responsável pelo planejamento e execução das atividades de cunho pedagógico e o(a) auxiliar é responsável pelo cuidado, no que diz respeito, alimentação e higiene, objetivando o bem-estar da criança e demarcando ainda mais a ruptura do que deveria ser integral.

No excerto do documento do município de Conceição da Feira temos a descrição das atividades em uma tendência de encaminhamentos para o lado do cuidar, como podemos observar:

7 – AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL: acompanhando a criança nas refeições e promovendo a sua autonomia; cuidar da higiene e facilitar a aquisição destes hábitos de saúde, estabelecer rotinas de sono adequadas à idade de cada criança; estar atento aos sintomas de alteração de saúde que podem ocorrer nas crianças, encaminhando para as unidades de saúde próprias, sempre que se justifique, prevenir acidentes e socorrer a criança, encaminhando para as unidades de saúde próprias, sempre que se justifique, prevenir acidentes e socorrer a criança, de forma adequada em qualquer acidente infantil, desenvolver atividades que promovam vivências infantis ricas do ponto de vista: sensorial, motor, cognitivo, afetivo e social (CONCEIÇÃO DA FEIRA, 2019, p. 9).

Podemos observar que a função de auxiliar, está bem demarcada e diretamente atrelada ao cuidado, pois estão atribuídas atividades que dizem respeito ao bem-estar. Ao longo de toda a descrição não há menção de atividades referentes aos aspectos pedagógicos como planejar e desenvolver atividades. O que há é uma indicação da necessidade de brincar com as crianças e buscar recursos tecnológicos úteis para seu desenvolvimento. A partir das ações podemos notar que há uma cisão de quem cuida e de quem educa.

Diante dos trechos analisados foi possível observar duas situações, sendo que na primeira, não foi possível identificar uma dissociação entre o ato de cuidar e educar como atribuições do cargo de assistente. Já na segunda, se apresenta de maneira clara que o cargo se destina a realização de atividades ligadas ao cuidado e proteção das crianças, indicando uma ruptura nas ações de cuidado e educação, fato que contraria o indicado pelas Diretrizes Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2010).

Refletir acerca deste novo cargo que surge em um “não lugar”, cuja formação não existe e não apresenta uma homogeneidade nas funções atribuídas, requer uma atenção especial, em que se leve em consideração outro elemento, os saberes. Tal elemento se constitui como peça-chave para a seguinte pergunta: se não há uma formação específica, uma vez que não há definição quanto às tarefas a serem executadas nem ao que de fato cabe a função, quais saberes estão sendo utilizados para a realização do trabalho dos indivíduos que são auxiliares? Qual a origem dos saberes? Como os saberes contribuem para a realização da prática realizada no exercício do labor? Tais questionamentos se fazem necessários por entendermos que todo trabalho humano por mais simples que seja, requer do trabalhador um saber (TARDIF, 2014).

Os saberes provêm de várias esferas como, por exemplo, da formação, da experiência vivenciada na profissão, da esfera social e cultural etc. Acerca dos saberes da experiência entendemos que eles permeiam todas as profissões, e também permeiam o exercício das funções, podendo estar presentes nas diversas ações cotidianas. Desse modo, na realização das atividades dos(as) auxiliares de classe também poderemos encontrar tais saberes, que podem ser mobilizados cotidianamente para a realização das atividades que fazem parte das atribuições.

A inquietação sobre a temática aqui tratada surgiu a partir dos resultados de um estudo anterior que foi realizado na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (JESUS, 2018), no Centro de Formação de Professores. Esse estudo teve por objetivo “compreender como as auxiliares se veem profissionalmente e que lugar elas ocupam no Centro de Educação Infantil” (JESUS, 2018, p.12). Como resultado, a autora apontou uma negação do ser auxiliar e como consequência, um não ser auxiliar, mas um estar auxiliar, entendendo a função como algo provisório (JESUS, 2018).

Como resultado da pesquisa citada, encontramos no espaço da invisibilidade, o “não lugar” profissional marcado pela negação constante do ser auxiliar. Nesse sentido, é válido ressaltar que ao tratarmos do “não lugar” profissional e dos saberes das auxiliares de classe, estamos também

contribuindo para reflexões acerca da melhoria da oferta da educação para a primeira infância, uma vez que estas pessoas estão no âmbito da sala de aula.

Os auxiliares de classes nas pesquisas

A pertinência do estudo se justifica pela pouca produção científica acerca dessa temática. Fato que pode ser identificado através de uma pesquisa tipo estado de conhecimento e realizada na *homepage* da ANPED e no Catálogo de dissertações e teses da CAPES. A escolha dos dois diretórios de busca justifica-se pela relevância na divulgação e catalogação das pesquisas no campo da Educação no Brasil.

Na *homepage* da ANPED foram consideradas as dez últimas reuniões a nível nacional. Para tal, foram analisados os anais do Grupo de Trabalho (GT) 07 da educação da criança de zero a seis anos das reuniões anuais de 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, e das reuniões nacionais do ano de 2015, 2017 e 2019. Os trabalhos das reuniões dos anos de 2014, 2016 e 2018 não foram analisados, pois se trataram de eventos regionais, pois nos anos de 2012 foi decidido em assembleia, que as reuniões aconteceriam um ano em nível nacional e no ano seguinte de forma regional considerando as regiões geográficas do Brasil.

Nessa análise foram considerados apenas os trabalhos apresentados como comunicação oral, portanto, não consideramos pôster nem trabalhos encomendados. Para um refinamento do total de trabalhos, foram escolhidos os textos que apresentassem títulos que tivessem as palavras docente/professor(a); docência; cuidar e educar; saberes; auxiliar de classe; profissionais. Sendo que os trabalhos que apresentaram os termos elencados foram lidos integralmente, chegando ao seguinte resultado.

Tabela 1 - Total de Trabalhos Analisados dos Anais das Reuniões da ANPED

Ano e edição da reunião	Total de trabalhos	Total de trabalhos lidos
2007 - 30° Reunião	18	2
2008 - 31° Reunião	19	3
2009 - 32° Reunião	16	2
2010 - 33° Reunião	17	3
2011 - 34° Reunião	15	0
2012 - 35° Reunião	18	5
2013 - 36° Reunião	12	0
2015 - 37° Reunião	23	3
2017 - 38° Reunião	17	2
2019 - 39° Reunião	19	7
Total:	174	27

Fonte: Dados da pesquisa

Auxiliares de classe da educação infantil:
um balanço sobre editais e pesquisas acerca destes trabalhadores

As dez últimas reuniões anuais somaram um total de 174 trabalhos vinculados ao GT 07. Eles apresentaram temáticas variadas, tais como políticas públicas, sexualidade na Educação Infantil, práticas pedagógicas, construção identitária, relações étnico-raciais etc. Essas variedades de temáticas presentes nos anais refletem a gama de pesquisas que tem sido produzida no país. Dentre os 27 trabalhos lidos na íntegra, as temáticas que surgiram foram:

Tabela 2 - Temáticas dos trabalhos selecionados

Temáticas	Quantidade de trabalhos
Concepções docentes	2
Formação docente	8
Formação dos auxiliares de classe	1
Identidade docente	1
Prática docente	6
Prática pedagógica	4
Profissão docente (profissionalidade)	4
Saberes	2
Total	28

Fonte: Dados da pesquisa

Com base nos termos escolhidos, tivemos ao final uma soma de oito temáticas, o que representa uma variedade razoável. Esse resultado se deu devido à quantidade de termos utilizados para a busca, mesmo que em um caso, o título contemplou dois deles. Porém, as escolhas foram motivadas pela pertinência de cada palavra para o estudo em questão. Dentre as temáticas que surgiram, a formação docente, foi a que teve um maior quantitativo de trabalhos, um total de oito, sendo que eles traziam questões acerca da: formação inicial e continuada (CÔCO, 2010; NOGUEIRA; ALMEIDA, 2012), pertinência da inclusão da arte e estética na formação docente (CORRÊA, 2019; GUEDES; FERREIRA; LAGE, 2019; GUEDES; FERREIRA, 2017), análise da formação considerando elementos do currículo e o processo de subjetivação de adultos e crianças (BUJES, 2009), análise das matrizes curriculares dos cursos Pedagogia que formam professores para atuar na Educação Infantil (KIEHN, 2009), delimitação do perfil formativo das professoras de educação infantil (BUSS-SIMÃO, 2015).

Da totalidade de textos lidos, seis produções apresentaram contribuições significativas em torno da educação de crianças de zero a seis anos, mas nenhum dos trabalhos analisados elencaram como objetivo a temática contemplada nesse estudo. Os textos abordavam diferentes temáticas, mas traziam pontos que possibilitavam um complemento entre si e que contribuíssem para as discussões levantadas nesta pesquisa, como podemos perceber a partir das análises a seguir.

Ao tratar da identidade das trabalhadoras de creche, Cota (2007, p. 8) afirma que “as identidades são forjadas no interior das relações sociais, no jogo dialético entre diferenças e igualdades: seria supor que quem cuida é diferente de quem educa”, apontando assim uma diferença laboral entre as pessoas que ocupam os espaços na creche. Além disso, a autora ainda trata de questões como: o cuidar e educar, a visão de docente da Educação Infantil e a vinculação do trabalho feminino à creche.

Os saberes docentes de professores da Educação Infantil têm sido uma temática pouco estudada (SOBRAL, 2017), no entanto dois dos textos analisados abordam a questão. As autoras Girão e Brandão (2012) apresentam reflexões acerca dos saberes de duas professoras que lecionam em turmas de 5 a 6 anos. A base teórica utilizada para compreender esse saber, é constituída a partir de Maurice Tardif (2010 *apud* GIRÃO; BRANDÃO, 2012) que o compreende como um saber plural e entende o professor como um sujeito capaz de construir conhecimentos específicos relacionados à docência. Nesse sentido, as autoras propiciaram um momento de troca discursiva e reflexão sobre a prática com as participantes, em que puderam reconstruir e validar os seus saberes acerca das práticas pedagógicas envolvendo leitura e escrita (GIRÃO; BRANDÃO, 2012).

Ao tratar dos saberes, Dagnoni (2012) buscou responder ao seguinte questionamento: “Quais as fontes de saberes das professoras de bebês?”. Assim, o artigo traz reflexões acerca da origem dos saberes de professoras que trabalham com bebês em berçários de instituições de Educação Infantil e aborda questões como: quais saberes são necessários para realizar o trabalho com bebês e a escassez de produção no âmbito da educação acerca da temática. O texto é finalizado apontando como os saberes contribuem para a profissionalização e a construção identitária das mulheres que atuam com bebês no espaço da creche (DAGNONI, 2012).

Batista e Rocha (2015) fazem um recorte temporal da primeira metade do século XX - 1908 a 1949, para realizar uma análise acerca de questões que implicam na construção da profissão docente no âmbito da educação de crianças no estado de Santa Catarina. As autoras apontam que outras áreas, tais como saúde e religião, influenciaram neste processo. Além disso, elas ainda afirmaram existir uma divisão entre os profissionais que atuavam na creche e na pré-escola, sendo que, do primeiro eram exigidos saberes mais ligados ao cuidar com ênfase em aspectos da saúde. Outro elemento importante apontado no estudo, diz respeito à visibilidade da mulher na história, visto que as figuras citadas em documentos e registros, geralmente, colocam como protagonistas, os homens, sendo as mulheres silenciadas e seus nomes perdidos no passado (BATISTA; ROCHA, 2015).

Auxiliares de classe da educação infantil:
um balanço sobre editais e pesquisas acerca destes trabalhadores

A profissão docente no estado de Santa Catarina também é tratada no texto de Brant (2017). A autora realiza em seu estudo uma reflexão do processo histórico de como se deu a invenção da professora de Educação Infantil, ao longo da década de 1970 no município de Florianópolis. Ela aponta a participação em um Programa Nacional de Educação Pré-Escolar promovido pelo Ministério da Educação, que culminou no Projeto Núcleos de Educação Infantil que visava o atendimento de crianças de classes populares, como fator que influenciou no processo de invenção da professora que atuava junto às crianças (BRANT, 2017). Ao final são elencados pela autora quatro itens a saber: as recomendações nacionais; o Colégio Coração de Jesus e seu Curso Técnico de Materno-Infantil; o pensamento de Heloísa Marinho; os cursos da Organização Mundial de Educação Pré-Escolar que compuseram a invenção da docente de Educação Infantil (BRANT, 2017).

Incluído na categoria formação docente, mas tratando, especificamente, de trabalhadores ocupando a função de agentes auxiliares de classe, encontramos o trabalho de Souza (2012) que tece reflexões acerca da importância da formação, dos trabalhadores que ocupam essa função, pelo Proinfantil. A autora, também traz questionamentos acerca do concurso para a contratação desses trabalhadores que exigia como formação mínima o Ensino Fundamental e oferecia baixos salários, o que afeta diretamente a oferta de uma educação de qualidade para as crianças (SOUZA, 2012). Ao longo do texto, ela traz reflexões voltadas às questões ligadas a ideia da mulher como educadora nata e de valorização e profissionalização da docência da Educação Infantil (SOUZA, 2012).

De acordo com dados, a produção de pesquisas que foram apresentadas no GT 07 da ANPEd refletem o empenho dos pesquisadores brasileiros em discutir e aprofundar os estudos acerca da educação das crianças, contemplando assim, muitas temáticas. Entretanto, esses dados também apontam para uma parca produção sobre os(as) auxiliares de classe, pois no total de 174, apenas um, falava especificamente acerca destes(as) trabalhadores(as) os(as) quais vivenciam condições de trabalho específicas no âmbito das instituições de Educação Infantil.

No Catálogo de dissertações e teses da CAPES foram realizadas buscas individuais, sem recorte temporal, utilizando os seguintes descritores: “auxiliar de classe”, “assistente de classe”, “auxiliar de desenvolvimento infantil”, “monitor de classe”, “monitor de educação”. Após a busca, foi realizada a leitura do resumo dos estudos encontrados, então foram selecionados dois trabalhos para serem lidos na íntegra, como podemos observar no quadro abaixo:

Tabela 3 - Total de trabalhos encontrados no Catálogo de dissertações e teses da CAPES.

Termo de busca	Quantidade de trabalhos encontrados	Quantidade de trabalhos lidos na íntegra
Auxiliar de classe	2	0
Assistente de classe	0	0
Auxiliar de desenvolvimento infantil	6	2
Monitor de classe	0	0
Monitor de educação	3	0
Total:	11	2

Fonte: Dados da pesquisa.

Do total de 11 trabalhos encontrados, 8 tratavam de pesquisas a nível de mestrado, sendo um profissionalizante e 3 de doutorado. No que tange as áreas de concentração, temos 9 trabalhos vinculados a Programas de Pós-Graduação em Educação, um vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Teorias e Práticas do Teatro e um ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas.

Os três trabalhos referentes ao descritor “monitor de classe” são ligadas as áreas da Educação Física, Políticas Públicas e Arte. O trabalho de Lima (1995) traz um estudo acerca do jogo como alternativa para o ensino-aprendizagem de conteúdos da Educação Física no que ele vai chamar de Ciclo Básico. O texto “A educação física sob a ótica dos alunos da rede pública estadual do Ceará: avaliação do projeto Bolsa Educação Física e Cidadania” não foi encontrado para a leitura do resumo, por se tratar de uma produção anterior a Plataforma Sucupira, não há a disponibilização no catálogo e na busca em *sites* de pesquisa, encontrou-se apenas artigos com recortes do estudo. Já o terceiro e último trabalho ligado ao descritor, se configura como uma pesquisa na área do Teatro, mais especificamente, acerca do Laboratório de Estudo do Movimento, que é apontado pelo autor como uma proposta pedagógica para o ensino da Arte (SCHEFFLER, 2013).

Atrelado ao descritor “auxiliar de classe” temos dois trabalhos, sendo o primeiro a pesquisa realizada por Moraes (2014) que buscou compreender novas perspectivas no sistema de ensino, a partir da Lei nº 11.274/2006, que institui mudanças na organização das etapas da Educação Básica, ampliando o ensino de Ensino Fundamental para o período de nove anos, o que ocasionou a entrada das crianças de 6 anos nessa fase. Como resultado a pesquisadora aponta os desafios mencionados pelas cinco participantes: a reestruturação do espaço físico para adequá-lo à criança de seis anos; a formação contínua a respeito das especificidades dessas crianças, bem como orientações quanto à utilização dos materiais pedagógicos; a necessidade de ter um(a) professor(a) auxiliar de classe e a

redução da quantidade de alunos por sala (MORAES, 2014). Por fim, concluiu a necessidade de mudanças para efetivação da lei (MORAES, 2014).

Em relação ao segundo estudo, realizado por Silva (2016), objetivou compreender como se dão as relações interculturais no ambiente escolar a partir da presença de estudantes bolivianos no ciclo de alfabetização de uma escola pública paulistana. Para o desenvolvimento do estudo foram realizadas observações participantes em turmas do 1º Ciclo (1º a 3º ano) e entrevistas com professoras e auxiliares de classe que apontaram questões relacionadas ao preconceito e discriminação vivenciados pelas crianças imigrantes (SILVA, 2016). Concluindo, a pesquisadora apontou a necessidade de a escola repensar o seu papel para garantir de fato a aprendizagem e socialização de todos os estudantes (SILVA, 2016).

Relacionados ao descritor “auxiliar de desenvolvimento infantil” encontramos 6 trabalhos, sendo que de dois foi realizado apenas a leitura do resumo, dois trabalhos não foram encontrados e dois foram lidos integralmente. Os trabalhos que não foram encontrados são de anos anteriores a criação da Plataforma Sucupira e mesmo em sites de busca, não foram localizados, ambos têm como título, “Um olhar reflexivo sobre a organização da rotina na creche: um estudo de caso” e a “Característica da identidade e competência do professor coordenador de educação infantil”.

Os textos que tiveram o resumo lido foram Foresti (2002) e Santos (2017). A dissertação de Foresti publicada no ano de 2002 teve como objetivo identificar o posicionamento do educador a respeito da sua prática com o brinquedo nas creches, bem como, possíveis dificuldades de formação. Também foi feita uma verificação acerca dos tipos e quantidades de brinquedos existentes na instituição. Como resultados, a autora aponta a utilização do lúdico na aprendizagem, mas os professores demonstram ter pouco conhecimento acerca do assunto, o que levou a autora a concluir que havia a necessidade de refletir sobre a temática e tratar sobre a psicologia do brinquedo no curso de formação de professores (FORESTI, 2002).

Já o estudo de Santos (2017) tratou dos currículos praticados com bebês em instituições de Educação Infantil e teve como objetivo geral engendrar reflexões, por meio das narrativas de professoras, sobre currículos praticados com bebês no cotidiano de escolas de Educação Infantil (Berçário) da Rede Municipal de Ensino de Salvador e suas interfaces com as políticas públicas educacionais e à docência com bebês. A pesquisa ainda apontou que as vivências cotidianas são influenciadas pelas políticas públicas tanto da esfera local quanto da nacional. A autora concluiu

indicando a presença de diferentes referências teórico-metodológicas e como a relação com os bebês influenciam o fazer docente das professoras (SANTOS, 2017).

Dentre os estudos que apresentaram temática relacionada a este nosso temos o texto de Capestrani (2007). A autora apresenta os impactos da formação na constituição subjetiva de auxiliares de desenvolvimento infantil causado por uma formação em nível médio Curso Normal ofertada pela Secretaria Municipal de Educação da cidade de São Paulo. Ao longo do texto, Capestrani traz elementos que emergiram das narrativas e remontam a história de como as auxiliares chegaram ao espaço da creche, e como era o seu trabalho antes e depois da formação que agora lhe conferia o *status* social e profissional de docente. Dessa forma, há o indicativo de mudanças na percepção de si, por parte das colaboradoras, além da ampliação dos conhecimentos e renovação na prática social. Por fim, aponta o encaminhamento da necessidade dos processos formativos com uma estruturação curricular que possibilitasse novos conhecimentos e aprendizagens, além da mudança de comportamento e de percepção acerca do desenvolvimento do seu trabalho (CAPESTRANI, 2007).

O segundo trabalho lido na íntegra é de Silva (2017), cujo objetivo foi investigar as representações da carreira e das condições docente de profissionais da Educação Infantil no município de São Paulo entre 1980-2015. Para tanto, a autora faz um recorte da carreira docente considerando três grandes momentos que são: a expansão do atendimento da Educação Infantil, a mudança da Secretaria de Assistência Social para a Secretária de Educação e, por último, o marco que consiste no primeiro concurso após as mudanças de secretaria e o plano de carreira dos professores. Tendo em vista esse processo histórico, ela realiza entrevistas com três grupos de profissionais, considerando cada grande marco. Por fim, apresenta a ideia da profissional de Educação Infantil ligada à mulher, as condições sociais, fatores que motivaram o ingresso na função. Finaliza apontando que se faz necessário a ampliação do debate acerca das concepções que vinculam a docência à mulher, principalmente, na Educação Infantil (SILVA, 2017).

Conforme o exposto, os trabalhos associados aos descritores, apresentaram uma variedade de temáticas e englobaram áreas destinadas como educação, arte e políticas públicas. Ligados ao campo da educação, tivemos 09 trabalhos, desse total, 06 abordavam questões da Educação Infantil e apenas 02 citaram de maneira indireta os auxiliares, pois versavam acerca das profissionais da Educação Infantil, porém considerando professoras e auxiliares de classe na mesma categoria. Esse cenário aponta que no contexto da pós-graduação não têm sido realizados estudos que levantam abordagens sobre os(as) auxiliares de classe. Tal fato indica a necessidade de discussão e aprofundamento acerca desta temática.

Refletir e promover discussões acerca dos(as) auxiliares de classe é de extrema importância para a construção de novos conhecimentos sobre os sujeitos que estão atuando na primeira etapa da Educação Básica. Além de contribuir para a percepção de que o cuidar requer formação. E sendo o cuidar e o educar uma ação integrada e uma atribuição docente retomamos a pergunta: há lugar para a função de auxiliar na sala de aula da Educação Infantil? A proposta é que a resposta seja problematizada, discutida e refletida para que esta contribua para implementação de políticas públicas e documentos que deixem claro que cuidar-educar não pode ser dicotomizada e é função do(a) professor(a), profissional habilitado, com formação superior em Licenciatura em Pedagogia.

A respeito disso, remetemos a Alves (2003), ao referenciar a necessidade de uso de uma escrita não cartesiana para termos que não se dissociam. Como exemplo disso, temos a palavra saber-fazer com aceitação de uma escrita sem o hífen, ficando saberfazer (juntas), já que não existe saber sem fazer nem o contrário. O que nos instiga a pensar o uso do termo cuidar-educar também dessa forma. Problematizamos para este estudo o termo cuidareducar que, portanto, não se configura como funções isoladas, não são funções de dois profissionais e não são funções para públicos diferentes; são funções imbricadas na Educação Infantil, pois, neste nível de ensino, ao mesmo tempo em que se cuida, também educa e o(a) professor(a) (pedagogo (a)) é o(a) profissional graduado para exercer tais funções concomitantemente/simultaneamente.

Considerações finais

Diante do exposto, é notória a indefinição do ser auxiliar de classe, ou seja, não há consenso, pois, a partir da análise dos editais, percebe-se a variedade de possibilidades da condição do ser auxiliar de classe da Educação Infantil, bem como a inexistência de uma delimitação formativa no que tange a exigência para a atuar na função. Além disso, a parca produção científica identificada através do estudo de estado do conhecimento que trata desses(as) trabalhadores(as), que aponta para a necessidade de investigações que tenham como foco a função de auxiliar de classe e os diversos aspectos e elementos que a constitui.

Os dados apontados justificam a seguinte questão: “Como se dá a construção do não lugar profissional e qual a origem dos saberes utilizados pelos/as auxiliares de classe da Educação Infantil, articulando as possíveis políticas públicas?”. Desse modo, buscando contribuir com a produção científica que trate desses trabalhadores, neste estudo apresentamos uma problematização inicial, estando em Jesus (2021) os dados que respondem a esta questão.

Referências

ALVES, N. Sobre movimentos das pesquisas nos/dos/com os cotidianos. **TEIAS**, Rio de Janeiro, n. 7-8, p.1-8, jan./dez. 2003. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/23967>. Acesso em: 20 maio 2013.

AMARGOSA (BA). **Edital n° 001/2012**. Concurso público para provimento de vagas em cargos e formação de cadastro de reserva da prefeitura municipal de Amargosa. Amargosa, 2012.

AMARGOSA (BA). **Edital n° 003/2015**. Concurso público para provimento de cargos permanentes da Prefeitura Municipal de Amargosa e da Câmara Municipal de Amargosa. Amargosa, 2015.

ANDRADE, L. B. P. de. **Educação infantil**: discurso, legislação e práticas institucionais [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

ARAGÃO, M. C.; KREUTZ, L. K. Considerações acerca da Educação Infantil: história, representações e formação docente. **Conjectura**, v. 15, n. 1, p. 25-44. jan./abr. 2010. Disponível em: encurtador.com.br/bjELZ. Acesso em: 10 jan. 2021.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Tradução de Dora Flaskman. 2. ed. [Reimpre.]. Rio de Janeiro: LTC, 2018.

ARCE, A. Documentação oficial e o mito da educadora nata na educação infantil. **Cadernos de Pesquisa**. n. 113, p. 167–184, jul. 2001. Disponível em: encurtador.com.br/mCQW4. Acesso em: 18 maio 2019.

AUGÉ, M. **Não lugares**: Introdução a uma Antropologia da Supermodernidade. Tradução Maria Lúcia Pereira. Campinas, SP: Papyrus, 1994.

AZEVEDO, H. H. O. de. **Educação Infantil e Formação de Professores**: para além da separação cuidar-educar. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

AZZI, S. Trabalho Docente: Autonomia Didática e Construção do Saber Pedagógico. In: PIMENTA, S. G. (org.). **Saberes Pedagógicos e Atividade Docente**. 6. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2008. p.35-60.

BATISTA, E.; ROCHA, A. C. A constituição histórica da docência na educação infantil: um estudo a partir do contexto catarinense do início do século XX. In: XXXVII Reunião Anual da ANPED: Plano Nacional de Educação: tensões e perspectivas para a educação pública brasileira. **Anais [...]**. Florianópolis/SC Anped, p.1-18. 2015. Disponível em: <https://encr.pw/AuGBh>. Acesso em: 04 jan. 2021.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação**. Tradução Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Portugal: Porto Editora, 1994.

Auxiliares de classe da educação infantil:
um balanço sobre editais e pesquisas acerca destes trabalhadores

- BRANT, P. R. S. de S. A invenção da professora de educação infantil na rede municipal de ensino de Florianópolis na década de 1970. *In: XXXVIII Reunião Anual da ANPED: Democracia em Risco: a pesquisa e a pós-graduação em contexto de resistência. Anais [...].* São Luis /MA, p.1-16, 2018. Disponível em: <https://encurtador.com.br/8kRoO>. Acesso em: 04 jan. 2021.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: [1996]. Disponível em: encurtador.com.br/agilw. Acesso em: 03 jan. 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil.** Brasília: MEC, SEB, 2010.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Presidência da República. [1988]. Disponível em: encurtador.com.br/nIT49. Acesso em: 18 maio. 2019.
- BRASIL. **Lei n.13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília, DF [2014]. Disponível em: encurtador.com.br/vGK07. Acesso em: 02 jan. 2020.
- BRASIL. **Parecer CNE/CEB nº 02/2002.** Despacho do Ministro em 25/6/2002, publicado no Diário Oficial da União de 27/6/2002, Seção 1, p.56. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb002_02.pdf . Acesso em: 06 jan. 2021.
- BUJES, M. I. E. Educação de crianças, docência e processos de subjetivação. *In: XXXII Reunião Anual da ANPED: Sociedade, Cultura e Educação: novas regulações?. Anais [...].* Caxambu/MG, Anped, p. 1-15, 2009. Disponível em: <https://anped.org.br/wp-content/uploads/2024/05/gt07-5589-int.pdf> .Acesso em: 04 jan. 2021.
- BUSS-SIMÃO, M. Professoras de educação infantil: uma análise da configuração da docência no contexto catarinense. *In: XXXVII Reunião Anual da ANPED: Plano Nacional de Educação: tensões e perspectivas para a educação pública brasileira. Anais [...].* Florianópolis/SC, Anped, p.1 - 18, 2015. Disponível em: <https://anped.org.br/sites/default/files/trabalho-gt07-3505.pdf> . Acesso em: 04 de jan. 2021.
- CAMPOS, M. M. Educar e cuidar: questões sobre o perfil do profissional de Educação Infantil. *In: Por uma Política de Formação do Profissional de Educação Infantil.* Brasília: MEC/SEF/DPE/COEDI, 1994. p. 31-42.
- CAPESTRANI, R. de. M. **De auxiliar de desenvolvimento infantil a professor de educação infantil:** mudanças subjetivas mediadas pela participação no programa de formação Adi-Magistério. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- CERISARA, A. B. Educar e cuidar: por onde anda a educação infantil? **Perspectiva.** Florianópolis, v.17, n. Especial, jul.dez., p. 11-21, 1999. Disponível em: encurtador.com.br/dBX78. Acesso em: 05 jan. 2021.

CÔCO, V. Formação continuada na educação infantil. *In: XXXIII Reunião Anual da ANPED: Educação no Brasil: balanço de uma década, 2010, Caxambu, MG. Anais [...].* v.33, n.33. Caxambu, MG: ANPED, 2010. p. 1-17.

CONCEIÇÃO DA FEIRA (BA). **Diário Oficial do Município.** 11 de março de 2019 – Ano IX - N°01407. Conceição da Feira. Disponível em: encurtador.com.br/prsI0. Acesso em: 11 mar. 2019.

CORRÊA, C. A. Sobre arte, desejos e formação docente: (re) animar caminhos. *In: XXXIX Reunião Anual da ANPED: educação pública e pesquisa: ataques lutas e resistências, 2019, Niterói, RJ. Anais [...].* v.39, n.39 Niterói, RJ: ANPED, 2019. p. 1-7.

COTA, T. C. M. A gente é muita coisa para uma pessoa só”: desvendando identidades de “professoras” de creches. *In: XXX Reunião Anual da ANPED: ANPED: 30 anos de pesquisa e compromisso social, 2007, Caxambu, MG. Anais [...].* v. 30, n.30. Caxambu, MG: ANPED, 2007. p. 1-16.

DAGNONI, A. P. R. Quais as fontes de saberes das professoras de bebês? *In: XXXV Reunião Anual da ANPED Educação, Cultura, Pesquisa e Projetos de Desenvolvimento: o Brasil do Século XXI, 2012, Porto de Galinhas, PE. Anais [...].* v.35, n.35. Porto de Galinhas, PE: ANPED, 2012 p. 1-16.

DIDONET, V. Creche: a que veio... para onde vai... **Em Aberto.** Brasília, v 18, n. 73. p.11-28, 2001. Disponível em: encurtador.com.br/yAEY5. Acesso em: 20 nov. 2020.

FORESTI, S. M. P. da. **S.Utilização do brinquedo como estratégia pedagógica em creches públicas:** opinião de professores. 2002. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

FREIDSON, E. Para uma análise comparada das profissões: a institucionalização do discurso e do conhecimento formais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 11, n. 31, jun., p. 141-154, 1996. Disponível em: encurtador.com.br/lqvGO. Acesso em: 29 nov. 2020.

FREIRE, Z de J.; FERREIRA, L. G. Saberes e fazeres de professoras da educação infantil. **REVISTA FORMAÇÃO@DOCENTE** - Belo Horizonte, v. 12, n. 2, p. 1-25, jul./dez., 2020. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-izabela/index.php/fdc/article/view/1805/1146>. Acesso em: 23 jan. 2021.

GIRÃO, F. M. P.; BRANDÃO, A. C. P. A. Produção coletiva de textos na educação infantil: uma análise dos saberes docentes. *In: XXXV Reunião Anual da ANPED Educação, Cultura, Pesquisa e Projetos de Desenvolvimento: o Brasil do Século XXI, 2012, Porto de Galinhas, PE. Anais [...].* v. 35, n.35. Porto de Galinhas, PE: ANPED. 2012. p. 1-16.

GUEDES, A. O.; FERREIRA, M. D. O professor de educação infantil, a arte e a educação estética: percursos de um grupo de pesquisa. *In: XXXVIII Reunião Anual da ANPED: Democracia em Risco: a pesquisa e a pós-graduação em contexto de resistência, 2017, São Luis, MA. Anais [...].* v. 38, n.38. São Luis, MA: ANPED, 2017. p. 1-14.

GUEDES, A. O.; FERREIRA, M. D.; LAGE, L. L. de. L. Retratos do cotidiano: diálogos entre a formação docente e as práticas na educação infantil. *In: XXXIX Reunião Anual da ANPED: Educação Pública e Pesquisa: Ataques, Lutas e Resistências*, 2019, Niterói, RJ. **Anais [...]**. v.39, n.39. Niterói, RJ: ANPED, 2019. p.1-19.

JESUS, L. K. F. de. “**Eu sou só a auxiliar**”: uma análise da construção identitária das auxiliares de classe na cidade de Amargosa. 2018. Monografia (Graduação em Pedagogia) - Centro de Formação de Professores, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Amargosa, 2018.

JESUS, L. K. F. de. “**É como se fosse um segundo professor**”: uma análise da construção do “não lugar” profissional e da origem dos saberes mobilizados pelos auxiliares de classe. 2021. 142 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021.

JESUS, L. K. F. de.; CORDEIRO, K. de. O. S. Cuidar e educar na creche: o planejamento pedagógico e a atuação das auxiliares de classe. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 17, n. 48, p. 1- 20, 2021. Disponível em:
<https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/8640/6148>. Acesso em: 12 set. 2021.

KIEHN, M. de. A. Educação da pequena infância: um olhar sobre a formação docente. *In: XXXII Reunião Anual da ANPED: Sociedade, Cultura e Educação: novas regulações?*, 2009, Caxambu, MG. **Anais [...]**.v.32, n.32, Caxambu, MG: ANPED, 2009. p. 1-14.

KRAMER, S. Privação cultural e educação compensatória: uma análise crítica. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.42, ago., p. 54- 62, 1982. Disponível em:
<http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/cp/article/view/1550/1549>. Acesso em: 05 nov. 2020.

KRAMER, S.; NUNES, M. F. R.; PENA, A. Crianças, ética do cuidado e direitos: a propósito do Estatuto da Criança e do Adolescente. **Educação & Pesquisa**. São Paulo, v. 46, p.1-18, 2020. Disponível em: encurtador.com.br/ioKU1. Acesso em: 20 nov. 2020.

KUHLMANN JR, M. **Infância e Educação infantil**: uma abordagem histórica. 7 ed. Porto Alegre: Mediação, 2015.

KUHLMANN JR, M. A educação infantil no século XX. *In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Orgs.)*. **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**. Vol. III: século XX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. p. 182- 194.

KUHLMANN JR, M. Educando a Infância Brasileira. *In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M. de; VEIGA, C. G. (Orgs.)*. **500 Anos de Educação no Brasil**. Belo horizonte: Autêntica, 2000. p. 469-496.

LIMA, J. M. de. **Educação Física na Ciclo Básico**: o jogo como proposta de conteúdo. 1995. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 1995.

MORAES, M. C. R. **O ingresso da criança de seis anos no ensino fundamental de nove anos na perspectiva de professoras da rede estadual de ensino do Estado de São Paulo.** 2014.

Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

MOURA, G. A. N. A. de. Qualificação profissional superior à prevista no edital, os princípios da supremacia do interesse público, da razoabilidade e da proporcionalidade e o direito dos candidatos em concursos públicos. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 24, n. 5853, 11 jul. 2019. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/66515>. Acesso em: 28 jan. 2021.

NOGUEIRA, E. G. D.; ALMEIDA, O. A. Há luz no início do tunel? A formação de professores iniciantes em educação infantil e dos acadêmicos residentes em foco. *In: XXXV Reunião Anual da ANPED Educação, Cultura, Pesquisa e Projetos de Desenvolvimento: o Brasil do Século XXI*, 2012, Porto de Galinhas, PE. **Anais [...]**, v.35, n.35. Porto de Galinhas, PE: ANPED, 2012. p. 1-17.

SANTOS, M. S. dos. S.; TIMM, J. W.; SOUZA, M. C. Aragão Ribeiro de. Cuidar e Educar Criança Pequena para Valores: um Ato de Amor, Justiça e Bondade. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 6, n. 10. jan./jun. p. 57-69, 2013. Disponível em:

<https://seer.ufs.br/index.php/revtee/article/view/2294>. Acesso em: 13 maio. 2021.

SANTOS, H. N.; FERREIRA, L. G. Trabalho docente na educação infantil: para pensar a formação dos professores. **Fragmentos de Cultura**, Goiânia, v. 29, n. 1, p. 96-109, jan./mar., 2019.

Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/fragmentos/article/view/6728/4217>. Acesso em: 07 jan. 2021.

SANTOS, M. O. dos. **Nós estamos falando!** E vocês, estão escutando? Currículos praticados com bebês: professoras com a palavra. 2017. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

SILVA, J. **Relações interculturais no espaço escolar:** estudo etnográfico de alunos bolivianos na rede pública de ensino paulistana. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e Sociais) - Universidade Federal do ABC, Santo André, 2016.

SILVA, T. D. M. e. **De pajens a professoras de educação infantil:** representações acerca da carreira e das condições de trabalho no município de São Paulo (1980-2015). 2017. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

SOBRAL, C. M. A. **Saberes profissionais de professoras da Educação Infantil:** um estudo experiencial nos centros municipais de educação infantil. Ibicaraí: Via litterarum, 2017.

SOUZA, M. P. de. C. e. O Proinfantil e a formação dos agentes auxiliares de creche do município do rio de janeiro. *In: XXXV Reunião Anual da ANPED Educação, Cultura, Pesquisa e Projetos de Desenvolvimento: O Brasil Do Século XXI*, 2012, Porto de Galinhas, PE. **Anais eletrônico [...]**, v. 35, n.35. Porto de Galinhas, PE: ANPED, 2012, p. 1-16.

Auxiliares de classe da educação infantil:
um balanço sobre editais e pesquisas acerca destes trabalhadores

SCHEFFLER, I. **O Laboratório de Estudo do Movimento e o percurso de formação de Jacques Lecoq**. 2013. Tese (Doutorado em Teatro) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

VIEIRA, L. M. F. “Mal Necessário: creches no departamento Nacional da criança, Brasil. In: FREITAS, M. C. de (Org.) **História social da infância no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2016. p. 165-204.

VIEIRA, M. N. de A.; CÔCO, V. Educação Infantil e avaliação institucional: percursos e desafios. **Roteiro**, [S. l.], v. 43, n. esp, p. 209–240, 2018. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/16474>. Acesso em: 17 fev. 2022.

TARDIF, M. **Saberes Docentes e Formação Profissional**. 16 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

TIRIBA, L. Educar e Cuidar: buscando a teoria para compreender os discursos e as práticas. In: KRAMER, S. (Org.). **Profissionais da Educação Infantil: gestão e formação**. São Paulo: Ática, 2005a. p. 66-86.

TIRIBA, L. Educar e cuidar ou, simplesmente, educar? Buscando a Teoria para compreender discursos e práticas. In: XXVIII Reunião Anual da ANPED 40 Anos de Pós-Graduação em Educação no Brasil, 2005b, Caxambu, MG. **Anais [...]**. v.28, n.28 2005b, Caxambu, MG: ANPED, 2005b. p. 1-17.



Os direitos de licenciamento utilizados pela revista Educação em Foco é a licença *Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International* (CC BY-NC-SA 4.0)

Recebido em: 26/02/2024
Aprovado em: 27/06/2024